

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48

Data : 25 de julho de 2001

Local: SESA

Presentes: Erni, Maria Lúcia, Raitani, Carlos Moutinho, Benvenuto

1. Avaliação do Curso de Orçamento:

Maria Lúcia vai sintetizar as respostas da avaliação da 1ª etapa do curso;

A segunda etapa do curso será em Maringá nos dias 10 e 11 de outubro de 2001;

Confirmação dos conselheiros (as) pré inscritos até o dia 29/08/2001;

A comissão vai propor aos palestrantes:

(a) Uso de recursos de informática mais apropriados e esclarecimentos nos temas de SIPS;

(b) Uso de recursos com figuras desenhos (ex: da marca d'água) pelo Prof. Elias

2. Gastos do CES/PR:

Recebida a planilha da Secretaria Executiva. A comissão deliberou enviar a todas as comissões do CES se necessário esclarecimentos, dirigirem-se a Secretária Executiva;

3. Recebimento do ofício do C.M.S. Cascavel:

Solicita esclarecimentos de como proceder no caso de não aprovação das contas da Secretaria Municipal de Saúde e seus balancetes. A comissão solicitou parecer jurídico da Assessoria da SESA.

A comissão solicita que a Secretaria Executiva encaminhe e informe ao C. M. S de Saúde de Cascavel.

4. Análise de Dados da Execução Orçamentária SESA/ISEP 2001;

Sr. Felício Raitani apresentou os dados, porém faltaram informações que serão reapresentadas na próxima reunião;

5. Deliberações da 4ª Conferência Estadual de Saúde;

Concluída a leitura. Erni vai sistematizar as propostas e Maria Lúcia vai adequá-las com as respostas trazidas a comissão pelo Senhor Carlos Moutinho/SESA para que a comissão leve a Plenária do CES/PR.

6. Execução Orçamentária SESA/ISEP 2000:

Sr. Raitani não dispõe do Balanço Geral de 2000 do Estado, ainda para em conjunto com Carlos/Corecon submeter à comissão para parecer e envio ao Plenário do CES/PR;

7. Gastos com Hospitais Universitários;

A comissão não recebeu até esta data os dados, solicitados a Mesa Diretora em abril;

8. Recebido ofício da UEL, justificando a ausência do Aylton Paulus integrante desta comissão

9. Pauta da próxima reunião:

1 – Proposta de eventos da comissão para 2002

2 – Avaliação das 1ª etapa do Curso de Orçamento

3 – Execução Orçamentária SESA/ISEP 1ª semestre/2001-07-30

4 – Sistematização das propostas executadas da 4ª Conferência Estadual de Saúde

48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103

Comissão de Acompanhamento do Orçamento Financeiro do CES/PR

Síntese do Relatório Final da 4ª Conferência Estadual de Saúde- 1999

PROPOSTAS

- 1- Revisão dos valores das tabelas de procedimentos ambulatoriais e hospitalares, de modo a corrigir distorções, privilegiando ações de proteção à saúde, até que se estabeleçam novas formas de financiamento, buscando valorizar o componente trabalho/mão-de-obra qualitativa e quantitativamente e implementar mecanismos de controle e avaliação, assessorados pelas Regionais de Saúde .
- 2- O Governo do Estado deverá aplicar no mínimo 10% no sistema de saúde, independente de qualquer vínculo.
- 3- Promover a equidade do Sistema, através da distribuição adequada de bens, serviços e alocação de recursos de custeio e de investimento entre os diferentes grupos sociais e regiões político administrativas do Estado, aplicando critérios de discriminação positiva e epidemiológicos, de forma a reduzir as desigualdades existentes.
- 4- Utilizar como critério os indicadores epidemiológicos, sócio-econômicos, demográficos, de serviços, e dos recursos "per capita" do orçamento municipal, para definição e alocação de recursos de custeio e de investimento.
- 5- Gestionar junto ao Ministério da Saúde e ao Congresso Nacional – Câmara Federal e Senado- alteração do teto financeiro do Estado do Paraná e dos municípios em gestão plena, que atenda as necessidades de assistência ambulatorial e hospitalar, além de financiar adequadamente a proteção e a promoção à saúde.
- 6- Revisar junto ao Ministério da Saúde a sistemática de composição dos valores e da remuneração dos serviços contratados buscando revalorizar o componente trabalho /mão-de-obra quantitativa e qualitativamente.
- 7- Implantação do ressarcimento ao SUS dos gastos com medicina privada, conforme as normas do Ministério da Saúde.
Garantir e criar mecanismos de ressarcimento dos planos privados de saúde ao SUS por serviços prestados aos seus conveniados.**
- 8- A Secretaria Estadual deverá estabelecer uma relação de cooperação técnica e financeira com os municípios, possibilitando o aumento da oferta de serviços à população, com o aumento gradativo do orçamento, conforme preconizado pela PEC.
Planejamento intersetorial no governo, orçamento participativo, avaliação pública de resultados na saúde, orçamento adequado à promoção de saúde.
Implantar o "orçamento participativo" que é uma das formas de garantir à população o direito fundamental de decidir sobre as finanças públicas e estatais.
- 9- É dever do governo estadual manter e implementar os serviços especializados nas sedes das Regionais de Saúde, seja nos CREs ou atuais Consórcios. O repasse de recursos (equipamentos, material de consumo e pessoal) vem diminuindo ano a ano, contrariando os princípios do SUS. Os investimentos devem ser feitos inversamente proporcionais à capacidade atualmente instalada, dando mais aos serviços que estão em situação precária.
- 10- Prover verbas e recursos humanos para capacitação continuada dos Conselheiros de Saúde, em parceria com instituições afins, orientadas e programadas pelo Conselho Estadual de Saúde, enfocando o Controle Social, Políticas de Saúde e leis do SUS.

Observação:

As propostas no seu inteiro teor, foram compiladas do Relatório Final da 4ª Conferência Estadual de Saúde páginas 6, 7 e 12 (Sistema Único de Saúde), página 21 e 22 (Saúde e Cidadania) e página 28 (Promoção da Saúde no Ciclo de Vida).

3

AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Após a análise e discussão das principais propostas da 4ª Conferência Estadual de Saúde, no que se refere a questões que dizem respeito à Comissão de Acompanhamento do Orçamento Financeiro (C. A. O. F.):

- 1. Em relação à proposta 1: "Revisão dos valores das tabelas...." → houve revisão das tabelas de procedimentos pelo Ministério da Saúde, não de forma linear mas através de grupos de procedimentos e procedimentos específicos. No entanto, resta saber em que medida estas alterações buscaram "valorizar o componente trabalho/mão-de-obra qualitativa e quantitativamente e implementar mecanismos de controle e avaliação".**

- 104 2. A proposta 2, "quanto ao valor a ser aplicado no sistema de saúde", que previa 10%, a Comissão
105 entende que, no mínimo, os gestores Municipais e Estadual, devem seguir a Emenda Constitucional -
106 EC 29.
- 107 3. As propostas 3 e 4 'tratam da equidade do sistema, distribuição adequada de bens, serviços e recursos
108 entre os diferentes grupos sociais e regiões do Estado". Sobre esta questão avaliamos que houve
109 fechamento de leitos do SUS e isto pode ter significado negativo sobre a Assistência à Saúde.
- 110 4. Sobre a proposta 5, que 'trata de alteração do teto financeiro do Estado, junto ao Ministério da Saúde",
111 segundo informações do representante da SESA, houve aumento do teto em função do Fundo de
112 Ações Estratégicas e Compensação (FAEC), PAB fixo – res. 09/29/2000, PAB variável, Vigilância
113 sanitária e Alta e média complexidade. Resta fazer estudo comparativo para ver a diferença ocorrida
114 neste período entre a 4.^a Conferência Estadual de Saúde e o momento atual.
- 115 5. A proposta 6 (Revisar junto ao Ministério da Saúde a sistemática de composição dos valores e da
116 remuneração dos serviços contratados buscando revalorizar o componente trabalho /mão-de-obra
117 quantitativa e qualitativamente) e a proposta 7 (Implantação do ressarcimento ao SUS dos gastos
118 com medicina privada, conforme as normas do Ministério da Saúde), não foram implementadas.
- 119 6. As propostas 8 e 9 que tratam da Cooperação técnica e financeira entre Estado e municípios com vistas
120 a aumentar a oferta de serviços à população e da implementação de serviços especializados nas sedes
121 das Regionais de Saúde Planejamento intersetorial, orçamento participativo avaliação pública dos
122 resultados e orçamento adequado, trazido pelo Carlos (SESA) os dados comparativos 1999 – 2001,
123 referentes à nº de leitos hospitalares, nº de consultas por especialidade, nº de internações e nº de
124 exames realizados, entre outros.

125

126 Anexo.: Tabelas apresentadas por Carlos Moutinho na reunião de 26/04/01.

127

128

Consolidado em 29/08/01 na Reunião da C.A. O.F. do CES/PR

129

130